

[14/07/2010 - Curetagem após aborto é a cirurgia mais realizada no SUS, revela estudo \(Estadão\)](#)

(O Estado de S. Paulo) Levantamento realizado pelo Instituto do Coração (InCor), da Universidade de São Paulo, com base em dados do Ministério da Saúde revelou que, entre os anos de 1995 e 2007, a realização de curetagens após aborto superou os casos de intervenções cirúrgicas para retirada de vesícula e apêndice.

Na pesquisa foram analisados mais de 32 milhões de procedimentos no período, sendo descartados apenas partos e cirurgias cardíacas que, segundo a médica Pai Chin Yu, são casos bastante estudados por suas peculiaridades.

O médico Thomaz Gollop, coordenador do grupo de estudos sobre o aborto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, afirma que os casos que necessitam de internação são invariavelmente ocasionados por abortos induzidos, o que mostra a ineficácia da lei vigente.

Leia mais: [Curetagem após aborto é a cirurgia mais realizada no SUS, revela estudo \(O Estado de S. Paulo - 14/07/2010\)](#)

[01/07/2010 - 72,7% dos brasileiros são contra o aborto \(Terra\)](#)

(Terra) Pesquisa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) mostrou que 72,7% dos brasileiros são contra o aborto.

Nicarágua (81,6%), México (70,8%) e Chile (66,2%) foram os outros países latino-americanos que apresentaram uma população com maioria contrária à interrupção da gravidez.

No Brasil, a realização de um aborto só não é crime em casos de gravidez por estupro e risco de morte para a gestante. Já no Chile e na Nicarágua ele é proibido em qualquer forma, enquanto que no México, só é liberado parcialmente desde 2007 e, mesmo assim, apenas na capital do país.

Embora a maioria dos entrevistados tenha se declarado contrário ao aborto, eles concordam que deve haver uma revisão das legislações. No Brasil, 87,8% apóiam uma mudança na lei; no Chile, 94,4%, na Nicarágua, 94,2%, e no México, 82,8%.

Saiba mais lendo a íntegra da matéria: [Pesquisa: 72,7% dos brasileiros são contra o aborto \(Terra - 01/07/2010\)](#)

[01/07/2010 - Pesquisa reforça aborto inseguro como questão de saúde pública \(Envolverde\)](#)

(Agência Envolverde) O aborto está entre as principais causas de morte materna no país; em Salvador (BA) e Petrolina (PE), o aborto inseguro foi a primeira causa de morte entre as mulheres. Estes são alguns dos achados da pesquisa realizada pelo Grupo Curumim e o Ipas Brasil sobre as consequências da prática do aborto inseguro na saúde e vida das mulheres e nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), realizada na Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Segundo Paula Viana, coordenadora do Grupo Curumim, o objetivo do levantamento foi qualificar e inserir o debate nas assembleias estaduais, para que as estatísticas sobre os impactos do aborto sejam debatidas com seriedade e responsabilidade.

Na avaliação de Paula, apesar de a lei ser restritiva ao aborto, ela não impede a prática e, “ao mesmo tempo encobre muitos estigmas e tabus em torno do problema”. A coordenadora revelou ainda que, por ser tratado como um crime e pecado, muitos profissionais da saúde se negam a atender uma mulher em processo de abortamento, o que agrava seu estado de saúde, causando muitas vezes, sua morte.

De acordo com a pesquisa, mulheres que tiveram complicações por aborto estão entre as pacientes mais negligenciadas e não são encaminhadas a serviços e profissionais capacitados.

Paula Viana ressaltou ainda que, embora o Brasil seja um Estado laico, o debate sobre aborto tem sido abordado muitas vezes pelas igrejas ou pelas bancadas religiosas do Congresso. Contudo, o problema, em sua opinião, é de saúde pública. “As igrejas não podem interferir. A igreja não tem nada que se meter em um assunto de saúde”, declarou Paula à reportagem da Envolverde.

“Paula disse que é importante que as mulheres tenham consciência sobre seu direito a ter um tratamento de saúde digno, com acesso aos recursos mais modernos e tecnológicos que os serviços oferecem. ‘As mulheres têm que cobrar dos profissionais, seu direito ao atendimento’, declarou. E para os profissionais da área de saúde ela fez um apelo para que as barreiras do preconceito sejam derrubadas e que a preservação da saúde seja prioridade.”

[Acesse a pesquisa em pdf](#)

Saiba mais: <http://www.grupocurumim.org.br> e <http://www.ipas.org.br>

Indicação de fonte:

Paula Viana - enfermeira

Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro

Recife/PE

(81) 3427-2023 - comunicacao@grupocurumim.org.br

Fala sobre: direito ao aborto, maternidade voluntária

[23/06/2010 - Estudo revela que 8% dos universitários já fizeram ou pediram que fosse feito um aborto \(Terra\)](#)

(Terra) Pesquisa revela que, entre os cerca de 18 mil universitários entrevistados, 8% disseram que já fizeram (ou teriam pedido à parceira que fizesse) aborto e 9% declararam que não usam métodos contraceptivos.

Os dados foram coletados pelo 1º Levantamento Nacional sobre Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), em parceria com o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (GREAFMUSP).

O levantamento revelou que os índices sobre as práticas abortivas são influenciados pela faixa etária, pelo tipo de instituição de ensino superior e pela região. A maioria é realizado por mulheres com mais de 35 anos e matriculadas em universidades privadas.

Também sobre a vida sexual: 41% dos entrevistados declararam que fizeram o teste de HIV alguma vez na vida; outros 3% disseram que já forçaram ou foram forçados a participar de um ato sexual.

O levantamento foi feito entre os estudantes matriculados no ano letivo de 2009 em 100 instituições públicas e privadas de ensino superior. As perguntas constavam de um questionário preenchido pelos próprios entrevistados. O estudo objetivou levantar o uso de substâncias alguma vez na vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias.

Acesse a reportagem: [Estudo: 8% das universitárias já fizeram ou induziram aborto \(Terra - 23/06/2010\)](#)

Leia também: [Estudo: 49% dos universitários já usaram drogas; 86%, álcool \(Terra - 23/06/2010\)](#)

Para acessar o estudo: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>

Alguns destaques do levantamento:

Atividade sexual

- 12% dos universitários respondentes não tiveram relação sexual na vida. As mulheres relataram não ter tido relação sexual com mais frequência;
- Em média, os universitários relataram ter iniciado a vida sexual na faixa etária de 15 a 18 anos. Os homens iniciaram a vida sexual precocemente (entre os 15 e 16 anos), enquanto as mulheres o fizeram, geralmente, após os 18 anos;
- Os universitários da região Norte e de instituições públicas relataram iniciar a vida sexual mais tardiamente;
- Os universitários das regiões Nordeste e Centro-Oeste e da rede pública de ensino relataram, com maior frequência, não terem tido relação sexual na vida e tampouco nos últimos 30 dias;
- 18% dos universitários relataram não ter tido relações sexuais nos últimos 30 dias. As mulheres fizeram-no mais frequentemente com apenas 1 parceiro, enquanto os homens assumiram 2 ou mais parceiras (os);
- Os universitários de mais de 35 anos de idade têm relacionamentos mais estáveis, com relato mais frequente de apenas um parceiro e menos frequente para 2 ou mais parceiros. Já os universitários da região Sudeste têm mais de um parceiro;

Contracepção

- Sobre o uso de contraceptivos, 8% dos universitários relataram não ter feito uso de métodos contraceptivos;
- A camisinha e os anticoncepcionais foram os métodos contraceptivos mais frequentemente relatados;
- Os universitários das regiões Norte e Sudeste, de instituições públicas e de mais de 35 anos de idade relataram usar métodos contraceptivos com menor frequência;

Teste de HIV

- 55% dos universitários já fizeram teste de HIV na vida, especialmente os universitários da região Sudeste, de instituições privadas, de mais de 35 anos de idade e do sexo feminino;
- 8% dos universitários já fizeram (ou induziram) aborto. Embora não haja influência aparente do gênero, a faixa etária (mais de 35 anos), tipo de IES (privada) e região administrativa parecem exercer influência sobre esse comportamento.

Violência sexual

Cerca de 3% dos universitários brasileiros já forçaram ou foram forçados a ter relações sexuais. Houve um equilíbrio de resposta, para ambos os comportamentos, entre os gêneros, faixa etária, tipo de IES e região administrativa.

[14/06/2010 - Novo contraceptivo ajudará a diminuir o risco de contágio da Aids \(Globo\)](#)

(O Globo) Um novo contraceptivo pode evitar que as mulheres contraíam o vírus HIV. **A Sociedade Internacional de Microbicidas vai testar o método, que combina o anel vaginal, contraceptivo disponível no mercado desde 2001, com os antirretrovirais, medicamentos amplamente usados no tratamento da Aids.**

O estudo poderá fornecer informações sobre a segurança e o grau de aceitação feminino desta nova tecnologia de prevenção ao vírus. Segundo Zeda Rosenberg, diretora da instituição, será um importante avanço para as mulheres, que poderão ter novas opções para proteger sua saúde.

A vantagem do método, segundo os pesquisadores, é que ele é praticamente invisível e poucos homens percebem que ele está no corpo da mulher. “Assim, elas não precisam pedir permissão ou insistir com o parceiro. O novo contraceptivo, segundo especialistas do IPM, será especialmente benéfico para certos grupos, como as prostitutas, que têm dificuldade de negociar o uso da camisinha”, diz a reportagem do Globo.

Acesse essa matéria na íntegra: [Novo contraceptivo ajudará a diminuir o risco de contágio da Aids \(O Globo - 14/06/2010\)](#)

[22/05/2010 - Uma em cada sete brasileiras já fez aborto \(Época/Estadão/Folha\)](#)

(Época / Folha de S.Paulo / O Estado de S. Paulo) Pesquisa domiciliar de abrangência nacional sobre a prática do aborto por mulheres de 18 a 39 anos revelou que **a maioria das brasileiras que já interrompeu uma gravidez é casada, religiosa e já tem filhos.**

Financiada pela Fundação Nacional de Saúde, a Pesquisa Nacional de Aborto revelou que uma em cada cinco brasileiras de 40 anos (22%) já fez pelo menos um aborto; quando consideradas mulheres de todas as idades, uma em cada sete (15%) já abortaram. O maior levantamento sobre o tema realizado no Brasil mostrou também que a prática não está restrita a adolescentes: cerca de 60% das mais de 2 mil entrevistadas interromperam a gravidez no auge do período reprodutivo - entre 18 e 29 anos. A pesquisa usou duas técnicas de sondagem: cada entrevistada preencheu sozinha um questionário e o depositou em uma urna e depois respondeu a outro, aplicado por uma entrevistadora.

“A maioria é de mulheres casadas, religiosas, com filhos e baixa escolaridade”, diz a

antropóloga Debora Diniz, da Universidade de Brasília, uma das autoras do estudo. “Elas já têm a experiência da maternidade e tanta convicção de que não podem ter outro filho no momento que, mesmo correndo o risco de serem presas, interrompem a gestação”, diz a pesquisadora. “Cerca de 55% das mulheres precisou ser internada por causa de complicações. Se o aborto seguro fosse garantido, isso seria evitado”, lamenta Debora Diniz.

Realizada em janeiro pelo Ibope, a pesquisa foi elaborada pelo Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, em parceria com a UnB. A pergunta formulada foi: “você já fez aborto?”. As respostas confidenciais foram depositadas em uma urna e questionários com os dados sociais e demográficos das entrevistadas foram preenchidos por entrevistadoras mulheres.

A reportagem da revista Época contabiliza: **se uma em cada sete mulheres brasileiras entre 18 e 39 anos já fez aborto, isso representa um grupo de cerca de 5,3 milhões de brasileiras, ou 15% da população no auge da fase reprodutiva.** “Quase a metade delas é casada ou vive com um companheiro, é católica ou evangélica, tem filhos. (...) A outra metade de mulheres que abortaram segue um padrão igualmente comum. Entre elas, há ricas e pobres, casadas e solteiras, religiosas e agnósticas, com e sem filhos.”

No Nordeste, o porcentual de mulheres que declaram já ter feito um aborto é mais do que o dobro do encontrado na região Sul. **“A mulher que aborta não tem um perfil específico. Pode ser qualquer uma, de qualquer classe social”**, diz o pesquisador Marcelo Medeiros, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e coautor da pesquisa.

Procurado pela reportagem do Estadão, Adson França, assessor especial do Ministério da Saúde, declara: “Os dados reafirmam a opinião já consolidada no Ministério da Saúde de que aborto é uma questão de saúde pública. (...) Mostra que estamos no caminho certo ao ampliar a oferta de métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde”. Segundo França, “nos últimos sete anos, o número de curetagens pós-aborto no SUS caiu de 240 mil para 200 mil ao ano”.

Para o pesquisador do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas Anibal Faúndes, os números ainda estão subestimados. “Qualquer estudo feito com entrevista face a face não consegue que todas as mulheres admitam o aborto. A realidade é daí para cima”, diz o pesquisador, para quem ainda há muito a ser feito. **“A mulher atendida em um hospital após passar por aborto não poderia ter alta sem receber orientação para uso de contraceptivo. Isso não acontece. Também é preciso ampliar o acesso entre as adolescentes”**, recomenda Faúndes.

A pesquisa apresentou também informações sobre os métodos usados para realizar o aborto. Mais da metade das mulheres conta ter usado remédios. A pesquisadora supõe que a outra metade tenha recorrido a clínicas particulares.

A pesquisa rompe alguns mitos sobre o tema, como o de que a prática seria mais comum entre as pobres. Os números mostram que o aborto se distribui de forma equilibrada em todas as classes sociais. O segundo mito, reforçado por grupos religiosos, é de que o aborto só seria feito por mulheres que não estão integradas a uma família: “essa mulher sabe o que é uma família e frequenta igrejas e templos”, diz Débora Diniz.

Estatuto do nascituro

O Código Penal brasileiro permite a interrupção da gravidez somente em dois casos: estupro e risco de morte da mãe. Na semana passada, a Comissão de Seguridade Social da Câmara

aprovou um projeto conhecido como “estatuto do nascituro”. Se for convertido em lei da forma em que foi aprovado, **o projeto tornará mais difícil o aborto nas circunstâncias hoje permitidas por lei, porque protege legalmente o embrião, mesmo in vitro**, antes da transferência para o útero materno.

Mas, na quarta, a deputada relatora Solange Almeida (PMDB-RJ) elaborou uma complementação de voto para ressaltar que o texto aprovado não altera o Código Penal. No entanto, o artigo 12 do substitutivo diz que “é vedado ao Estado ou a particulares causar dano ao nascituro em razão de ato cometido por qualquer de seus genitores”. No caso de estupro, o substitutivo garante assistência pré-natal, com acompanhamento psicológico para a mãe, e o direito de a criança ser encaminhado à adoção, caso a mãe concorde. “Identificado o genitor do nascituro ou da criança já nascida, este será responsável por pensão alimentícia e, caso ele não seja identificado, o Estado será responsável pela pensão”, diz o projeto. Ao nascituro com deficiência o projeto assegura “todos os métodos terapêuticos e profiláticos existentes para reparar ou minimizar sua deficiência, haja ou não expectativa de sobrevivência extra-uterina”. O projeto é visto como “total retrocesso” pelos grupos que apoiam a descriminalização do aborto.

O texto determina ainda que o Estado arque com os custos de vida da criança fruto de um estupro, se a mulher não tiver condições de mantê-la, até que o pai seja responsabilizado pela pensão ou ainda até que essa criança seja adotada. Relatora do projeto de lei, a deputada Solange Almeida (PMDB-RJ) afirma que a mulher que foi estuprada faz jus a uma indenização por ter sido vítima de violência, pois garantir a segurança é obrigação do Estado.

O projeto é criticado pelos que advogam pela descriminalização do aborto. Para o deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS), **ele “viola a dignidade das mulheres porque as transforma em simples meio para garantir direitos de um terceiro em potencial”**. Já para a deputada federal Rita Camata (PSDB-ES), a iniciativa cria a “bolsa estupro”. “O bebê fruto da violência tem a ajuda do Estado, o bebê pobre, humilde, não?”, diz ela.

“A pesquisa mostra a cara da mulher que aborta. Não é uma outra, é uma de nós. É a nossa colega, a nossa vizinha, a nossa irmã, a nossa mãe. Geralmente, tem companheiro e segue uma religião”, diz a antropóloga Débora Diniz.

O ginecologista Thomaz Gollop, professor livre docente da USP, afirmou à reportagem da Folha que os resultados da pesquisa mostram que os dogmas religiosos estão totalmente dissociados daquilo que acontece na sociedade e que a criminalização do aborto não impede que milhares de mulheres continuem adotando a prática.

Margareth Arrilha, diretora-executiva da CCR (Comissão de Cidadania e Reprodução), afirma que os dados refletem que as mulheres continuam abortando e não encontram respostas nas políticas públicas de saúde. **“Estamos vivendo um retrocesso em todas as esferas, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário”**, afirma.

A matéria da Folha lembra que o projeto que trata da descriminalização do aborto continua parado na Câmara dos Deputados, enquanto a ação que discute se a mulher tem ou não direito a interromper a gravidez em caso de feto anencéfalo (sem cérebro) ainda não foi votada pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Recentemente, o governo federal retrocedeu no apoio à descriminalização do aborto, mudando o texto do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Em artigo publicado pela Folha, a psiquiatra e sanitarista Marilena Correa, do Instituto de Medicina Social da Uerj, opina que o aborto embute questões que têm a ver diretamente com a

injustiça social praticada contra as mulheres. A médica comenta a pesquisa nacional sobre aborto e conclui: **“Os riscos à saúde impostos pela ilegalidade do aborto são majoritariamente vividos pelas mulheres pobres e/ou pelas que não têm acesso aos recursos médicos para realizar um aborto seguro.** Como já comprovado no plano internacional, isso implica a indução do abortamento, com orientação de profissional ou agente de saúde, pelo uso de medicamento à base de misoprostol. Aquilo que diferencia as mulheres confrontadas ao drama da necessidade do aborto é, antes de mais nada, a chance de passar de forma mais ou menos (in)segura pelo processo. Se todas são criminalizadas e expostas a danos morais, do ponto de vista da saúde pública, podemos afirmar que, no Brasil, **o aborto é a prática de saúde perpassada pelas maiores injustiças e desigualdades ligadas à situação socioeconômica das mulheres**”, escreve Marilena Correa.

Acesse as reportagens em pdf:

[1 em cada 7 brasileiras de 18 a 39 anos já fez aborto / Pesquisa usou duas técnicas de sondagem / Eu fiz / Projeto na Câmara define o que é vida humana / Trecho / Análise: Prática envolve injustiça social com as mulheres / Depoimento: Se tivesse assumido o filho, minha vida poderia ter sido pior \(Folha de S.Paulo - 22/05/2010\)](#)

[Uma em cada sete já abortou / Um raio X do aborto no Brasil / Como duas mulheres passaram por abortos \(Época - 22/05/2010\)](#)

[1 em cada 5 mulheres de 40 anos fez aborto \(O Estado de S. Paulo - 22/05/2010\)](#)

Leia também:

[O dilema do aborto \(Folha de S.Paulo - 25/05/2010\)](#)

[Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna, por Debora Diniz e Marcelo Medeiros \(Revista Ciência e Saúde Coletiva, 2010\)](#)

Indicação de fontes

Cristião Fernando Rosas - médico ginecologista e obstetra

[Febrasgo](#) e Hospital Cachoeirinha

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3259-7599 / 9236.6894 - crisiao@terra.com.br

Fala sobre: aborto do ponto de vista médico; prevenção ao aborto inseguro no Brasil

Débora Diniz - antropóloga

[Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero](#)

Brasília/DF

Tel.: (61) 3343-1731 - anis@anis.org.br

Fala sobre: direito ao aborto; bioética; direitos das mulheres

Margareth Arilha - psicóloga e coordenadora da CCR

[CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5575-7372 - arilha@hotmail.com

Fala sobre: direitos reprodutivos e direito ao aborto

Maria José Rosado Nunes - socióloga e professora da PUC/SP

[Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3541-3476 - mjrosado@terra.com.br

Fala sobre: direito ao aborto, aspectos filosófico, moral e religioso; pensamento católico

Thomaz Gollop - médico

Instituto de Medicina Fetal (IMF Brasil) e professor de genética médica da USP

www.thomazgollop.com.br

Tel.: (11) 5093-0809 - trgollop@usp.br

Fala sobre: aborto como problema de saúde pública

06/05/2010 - Cesáreas representam 57% dos partos em SP

(Folha de S.Paulo) **Índice aceitável é de 15%, para OMS (Organização Mundial da Saúde); maioria das cirurgias ocorre no setor privado de saúde, revela pesquisa da Seade; levantamento também mostra queda na taxa de fecundidade da mulher paulista e aumento da idade média das mães**

Segundo a reportagem, a taxa de cesáreas em São Paulo cresceu quase dez pontos percentuais na última década, atingindo 56,7% dos partos realizados. A maioria das partos cesáreos ocorre no setor privado de saúde.

“Todo mundo sabe que estamos fazendo cesáreas demais, e que fatores como a comodidade do médico e interesses econômicos estimulam a prática”, diz o obstetra Bussâmara Neme, professor da USP, Unicamp e PUC/SP.

As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul sempre apresentaram as maiores taxas de partos cirúrgicos do Brasil, superando a média nacional. Segundo o IBGE (2007), a média de cesáreas foi de 46,6% no Brasil todo, mas as três regiões superaram a marca dos 50%.

Só no Estado de São Paulo, foram 55,2% dos partos, quase três vezes a porcentagem recomendada pela OMS.

Indicação de fontes:

Ana Cristina Tanaka - médica

Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP

São Paulo/SP

(11) 3061-7100 / 3061-7128 / 3061-7721 - acdatana@usp.br

Fala sobre: saúde pública; saúde da gestante; morte materna; índices de mortalidade materna

Cristião Fernando Rosas - médico ginecologista e obstetra

Febrasgo (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia) e Hospital Cachoeirinha

São Paulo/SP

11 3259-7599 9236.6894 - cristiao@terra.com.br

Fala sobre: saúde da gestante; prevenção à morte materna

07/03/2010 - Consultas de pré-natal crescem 86% no País

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher o Ministério da Saúde divulgou levantamento que mostra que o número de consultas de pré-natal aumentou 86,4% - de 9,8 milhões, em 2003, para 18,2 milhões, em 2008.

Para o diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do ministério, José Luiz Telles, a principal causa desse salto foi o aumento da cobertura do Programa Saúde da Família (PSF), que dispensa hospital. “A mulher já não precisa procurar um hospital para as consultas de acompanhamento da gravidez. Ela vai até o posto mais perto de sua casa. E, se não for, o agente de saúde vai à casa dela saber o que está acontecendo.”

O aumento no número de consultas de pré-natal teve reflexo também na queda da mortalidade materna. O dado mais recente, de 2007, mostra que, de cada 100 mil mulheres que dão à luz uma criança viva, 50,3 morrem. Em 2003, essa taxa era de 52,1 por 100 mil; em 2004, de 54,4 por 100 mil.

“O pré-natal identifica situações de risco. Uma das maiores causas de morte materna é a hipertensão seguida de hemorragia, que é facilmente diagnosticada no pré-natal”, declarou o diretor José Luiz Telles. Ele ressaltou que o ministério tem investido na notificação de morte de gestantes.

“A maior cobertura do PSF também permitiu ampliar o acesso a métodos contraceptivos: em 2008, 34,5 milhões de mulheres de 10 a 49 anos foram atendidas em consultas de planejamento familiar, em comparação com 30,2 milhões em 2003. O número de atendimentos para fornecimento e implantação de DIU e diafragma cresceu 41,8% em cinco anos.

“Os dados sobre curetagem em mulheres com complicações após aborto são um indicativo indireto do acesso maior aos métodos contraceptivos.” A queda desse procedimento foi de 14,9% em cinco anos.

Acesse a matéria: [O Estado de S.Paulo - 07/03/2010](#)

03/03/2010 - Aids causa maioria das mortes de mulheres entre 15 e 49 anos, diz

Unaid's vê ligação entre violência contra a mulher e o avanço da Aids

A infecção pelo vírus HIV tornou-se a principal causa de morte e doenças em mulheres entre 15 e 49 anos no mundo.

A informação foi dada pela Unaid's, a agência das Nações Unidas para o enfrentamento do HIV/Aids, na abertura da conferência sobre a situação das mulheres no mundo que está sendo realizada em Nova York.

Na ocasião, a Unaid's lançou um plano de ação de cinco anos para lidar com os diversos fatores que colocam as mulheres em risco. Dentre eles, um dos mais graves é a violência. A agência alertou que até 70% das mulheres no mundo sofrem violência, o que prejudica sua capacidade de exigir relações sexuais seguras com seus parceiros. Em outras palavras, as mulheres frequentemente são forçadas a fazer sexo sem preservativo ou sentem-se incapazes de exigir o uso da camisinha, o que aumenta muito o risco de contaminação pelo HIV.

“Ao tirar a dignidade das mulheres, estamos perdendo a oportunidade de aproveitar metade do potencial da humanidade para atingirmos as Metas do Milênio. Mulheres e meninas não são vítimas, elas são a força motriz que traz a transformação social”, afirmou o diretor-executivo da Unaid's, Michel Sidibé, que declarou que a violência contra as mulheres não deve ser tolerada.

Necessidades das mulheres devem ser consideradas

Segundo a Unaid's, 33,4 milhões de pessoas viviam com o HIV no mundo em dezembro de 2008. Deste total, 15,7 milhões, ou quase metade, eram mulheres.

E cerca de 30 anos após o início da epidemia de HIV/Aids, os serviços que atendem as pessoas soropositivas não atendem de forma adequada as necessidades específicas de mulheres e adolescentes, denunciou a agência da ONU.

“Elas precisam de um sistema de apoio amigável e adequado que permita que elas façam escolhas livres a respeito de sua sexualidade sem que sejam discriminadas ou estigmatizadas”, afirmou Suksma Ratri, integrante da Rede Feminina Positiva da Indonésia, que participou do lançamento do plano de ação da Unaid's.

Entre os principais pontos do plano que a Unaid's quer trabalhar em conjunto com governos, sociedade civil e outros parceiros estão a melhora na coleta de informações e na análise sobre como a epidemia afeta mulheres e a garantia de que a questão da violência contra a mulher seja incluída nos programas de prevenção do HIV.

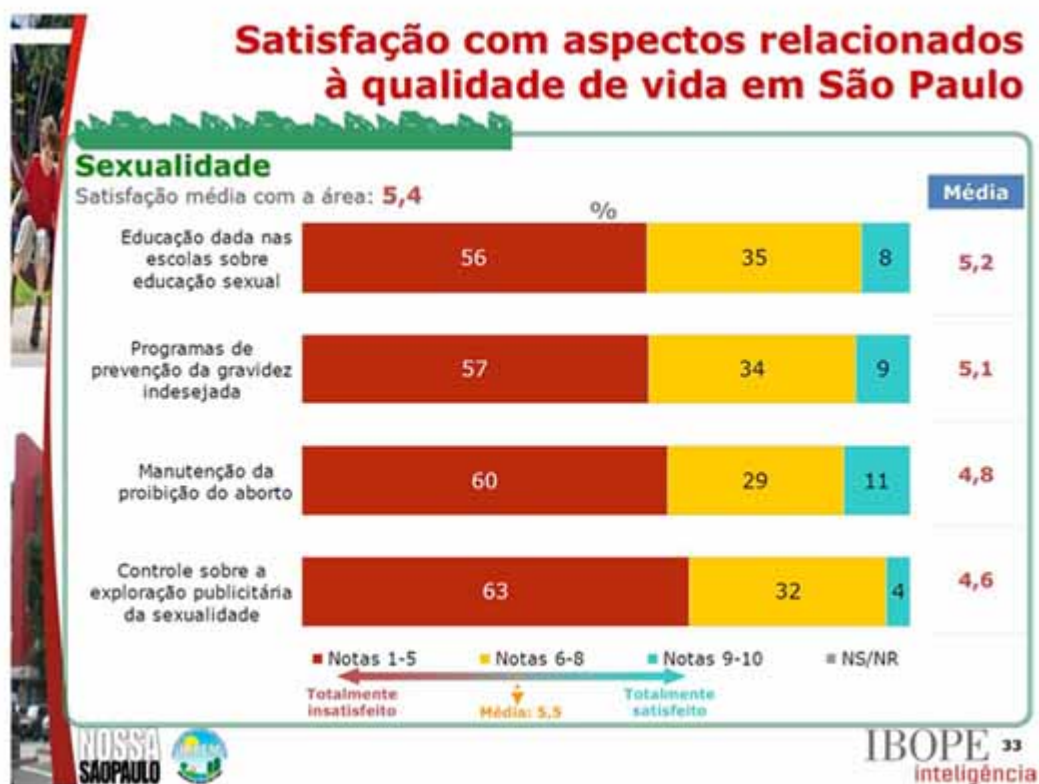
Leia a notícia na íntegra: [BBC Brasil - 03/03/2010](#)

60% dos paulistanos estão totalmente insatisfeitos com a manutenção da proibição do aborto

Este dado é revelado pela Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope (IRBEM), realizada para captar o nível de satisfação sobre a qualidade de vida e o bem-estar na cidade, que foi divulgada em janeiro, às vésperas do aniversário de São Paulo.

A pedido do [Movimento Nossa São Paulo](#), o Ibope entrevistou paulistanos em todas as regiões da cidade para saber o nível de satisfação em 25 temas - inclusive aspectos subjetivos como consumo, aparência, sexualidade, espiritualidade e lazer.

Legalização do aborto é importante para qualidade de vida na cidade



Observa-se que 60% dos paulistanos estão totalmente insatisfeitos com a manutenção da proibição do aborto, enquanto 29% declararam-se medianamente satisfeitos e apenas 11% estão totalmente satisfeitos.

Sobre a pesquisa

Em 2009, o Movimento Nossa São Paulo lançou uma mobilização para elaborar um conjunto de

indicadores que incluem também aspectos subjetivos sobre as condições de vida em São Paulo. O objetivo da construção do IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município) é orientar ações de empresas, organizações, governos e de toda a sociedade, considerando como foco principal o bem-estar das pessoas. Essa consulta pública, realizada de junho a outubro de 2009, contou com a participação de mais de 36 mil pessoas, que atribuíram notas que refletem o grau de satisfação sobre os aspectos considerados mais importantes para a qualidade de vida no município em 25 temas.

[Saiba mais sobre a Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope \(IRBEM\)](#)

Aborto, um grave problema de saúde de pública

A pesquisa Nossa São Paulo dá ênfase aos temas e aspectos mais citados como importantes para a qualidade de vida na cidade.

Um estudo recente sobre a magnitude do aborto no Brasil estimou que 1.054.242 abortos foram induzidos em 2005. A fonte de dados para esse cálculo foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Ao número total de internações foi aplicado um multiplicador baseado na hipótese de que 20% das mulheres que induzem aborto foram hospitalizadas. (Fonte: [20 anos de Pesquisas sobre Aborto no Brasil - Ministério da Saúde, 2009](#))

Indicação de fontes

Cristião Fernando Rosas - médico ginecologista e obstetra

[Febrasgo](#) e Hospital Cachoeirinha

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3259-7599 / 9236.6894 - cristiao@terra.com.br

Fala sobre: aborto do ponto de vista médico; prevenção ao aborto inseguro no Brasil

Margareth Arilha - psicóloga e coordenadora da CCR

[CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 5575-7372 - arilha@hotmail.com

Fala sobre: direitos reprodutivos e direito ao aborto

Maria José Rosado Nunes - socióloga e professora da PUC/SP

[Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil](#)

São Paulo/SP

Tel.: (11) 3541-3476 - mjrosado@terra.com.br

Fala sobre: direito ao aborto, aspectos filosófico, moral e religioso; pensamento católico

Sonia Corrêa - cientista política; coordenadora do SPW; pesquisadora da ABIA

[Sexuality Policy Watch](#) e [ABIA \(Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS\)](#)

Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2223-1040 - scorrea@abiids.org.br

Fala sobre: direito ao aborto; cenário internacional, ONU e direito internacional

Thomaz Gollop - médico

Instituto de Medicina Fetal (IMF Brasil) e professor de genética médica da USP

www.thomazgollop.com.br

Tel.: (11) 5093-0809 - trgollop@usp.br

Sobre: aborto como problema de saúde pública